

7

CAPÍTULO

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR QUALIFICADO E CONTRADIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Edilvan Moraes Luna¹

Ana Paula dos Santos Brito²

1 Especialização em Metodologia e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Vale do Salgado (FVS). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor do Instituto Dom José de Educação e Ensino. Contato: edilvanmoraes@hotmail.com, (88) 9692-4125.

2 Bolsista de iniciação científica do CNPq do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA). Contato: paula187eco@gmail.com, (87) 9965-471.

7.1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, observou-se nas economias capitalistas um movimento na organização socioeconômica que apontava para uma tendência de esgotamento da promessa do *welfare state* e dos “anos dourados” que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. O esgotamento do sistema capitalista pode ser observado pelas crises que ele enfrenta e pelas estratégias empregadas na tentativa de superá-las.

As crises do sistema capitalista, a partir da década de 1970, apresentou peculiaridades que distaram das crises anteriores. As anteriores à década citada restringiam-se a esferas específicas do sistema capitalista, atingindo mercados locais, com prazos limitados e cíclicos e, por fim, com erupções e colapsos abruptos; as que se deram após a década de mencionada tiveram caráter universal, de alcance global com escala de tempo contínua e desdobramentos rastejantes, o que tornam estruturais as atuais crises do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Na tentativa de superar as crises que ameaçam sua legitimidade, surgem formas de reestruturação produtivas que acentuam a pressão sobre a natureza, o homem e, principalmente, o operário e o trabalhador assalariado. Figura emblemática da tentativa de reestruturação produtiva é o sistema Toyota de produção. A doutrina difundida por Taiichi Ohno, criador do Sistema Toyota de Produção, se apropria tanto do físico como do subjetivo do trabalhador (ALVES, 2011). Essa dupla apropriação, apoiada em valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, tende a gerar pressões psicofísicas que colocam os indivíduos diante de uma situação de “subjetividade em desefetivação” (ALVES, 2011). Essa tentativa de reestruturação em tempos de crise também coloca em xeque os sonhos e esperanças dos indivíduos, principalmente dos jovens, que, experimentando a promessa do consumismo e alcançando padrões de escolaridade elevada, se veem diante de uma organização econômica incapaz de suprir seus sonhos (ALVES, 2012).

Diante do cenário de crise estrutural do capital, a educação formal, “ativo” apontado como capaz de gerar a almejada mobilidade social na organização socioeconômica capitalista, se vê desvalorizada na prática. Em um ambiente no qual a educação é valorizada simbolicamente ou, em outras palavras, em um ambiente em que reina a “apologia da aprendizagem útil para a empregabilidade” (LIMA, 2012, p. 27), o mercado não é capaz de cumprir a promessa dessa empregabilidade para todos, revelando-se, o capitalismo, uma sociedade do desperdício, já que desbarata a “futuridade de jovens altamente escolarizados, penhorando-se suas perspectivas de carreira e mobilidade social” (ALVES, 2012). Isso acentua ainda mais a precariedade do trabalho, acrescentando ao conceito de trabalhador precarizado uma nova dimensão, a que corresponde à inserção em trabalhos de baixa condição um número cada vez maior de jovens qualificados com Nível Superior de Ensino.

Nos países em desenvolvimento, a precariedade do trabalho se torna imperceptível devido ao ofuscamento causado por um valor-fetichismo da empregabilidade. Se o emprego cresce mesmo em condições precárias, ele é divulgado e celebrado como vitória de um povo, não trazendo à luz as contradições e limitações presentes no momento, confundindo o real com o existente. Enquanto o existente é estático, visão de um momento em particular, o real é um processo dinâmico e complexo (TEIXEIRA; FREDERICO, 2008). O existente da empregabilidade, portanto, esconde o processo dinâmico que compõe o mundo do trabalho contemporâneo.

É no contexto de procurar observação da realidade do trabalho e do trabalhador brasileiro que esta pesquisa pretende dar início a uma análise que tem como foco central a precariedade brasileira, especificamente, a sua face escolarizada e altamente qualificada, na busca de resposta para a seguinte pergunta: neste início de século, diante das declarações da vigência de uma nova sociedade (pós-industrial, pós-moderna, pós-fordista, sociedade da informação etc.), baseada no conhecimento e na informação, será que há espaço no mercado de trabalho brasileiro para todos aqueles que terminam um curso de graduação, espaço este que esteja à altura de sonhos e pretensões naturais em quem possui Nível Superior?

A hipótese que fundamenta a pesquisa é delineada da seguinte forma: a organização socioeconômica capitalista tende a limites absolutos; no cenário da luta de classes, dos conflitos de interesses e das relações de poder, tais limites são inaceitáveis, já que representam a perda de legitimação de um sistema que se mantém por meio de um poder simbólico calcado na promessa de bem-estar e democracia da riqueza. Embora inaceitáveis, os limites absolutos do sistema capitalista estão cada vez mais presentes, tornando as promessas legitimadoras contraditórias. Assim, em vista do sistema precário de trabalho que se está proposto a enfrentar, se na procura por manter os padrões de crescimento de uma economia, enfatiza-se o papel do conhecimento como insumo para a inovação, por outro lado, na mesma sociedade, dita do conhecimento e da informação, aqueles que alcançam níveis de escolarização mais altos, diplomas de Nível Superior, não encontram espaço no mercado de trabalho no nível de sua formação e de sonhos e pretensões. Longe de tal tendência ser justificada pela falta de competência do indivíduo, a dificuldade de jovens altamente escolarizados se enquadrarem no mercado de trabalho à altura dos sonhos que idealizaram é devida a limitações do próprio mercado, da própria economia, do próprio sistema capitalista que, por seguir a lógica da valorização do capital, age em detrimento do trabalho por ser este considerado um custo ou uma despesa. Assim restam para muitos jovens com Nível Superior empregos precários, ou seja, aqueles trabalhos: a) cuja duração e continuidade no emprego é incerto; b) direitos sociais e trabalhistas tendem a ser desrespeitados; c) baixa remuneração (1 a 2 salários mínimos, aproximadamente); d) condições

de trabalhos inadequadas; e) não se permitir a realização da ascensão social e de uma maior qualidade de vida. Os trabalhos precários são, portanto, os “trabajos que reducen de forma significativa lacapacidad del trabajador de planificar y controlar su presente y su futuro” (CANO, p. 80, p. 1996).

A pesquisa objetiva estudar o trabalho precário do brasileiro na sua dimensão escolarizada ao longo deste início de século e milênio (2000 a 2013), por ser esse período representado tanto por um crescimento da economia brasileira, marcada fortemente pela expansão do poder de consumo da classe média brasileira, como também pela expansão do Ensino Superior, envoltos, ambos, por um contexto político de despolitização da classe trabalhadora no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e de políticas públicas federais que, centradas no aumento do consumo da população, escondem as crises existentes no mundo do trabalho na sociedade brasileira (BRAGA, 2012).

Para alcançar o objetivo proposto anteriormente, contudo de maneira específica, serão cumpridos antes os seguintes objetivos: estudar o conceito de crise estrutural do capital presente nos trabalhos de István Mészáros, principalmente em sua obra *Para além do Capital*, além de outros autores consagrados da Sociologia e da Economia do Trabalho de forma que se obtenha subsídio teórico para reflexões acerca do mundo do trabalho contemporâneo; observar o conceito de trabalho precário, procurando captar sua complexidade e suas diferentes faces (repercussões no âmbito social, econômico, político); observar o contexto econômico e educacional do Brasil nos últimos dez anos, descrevendo a evolução de variáveis quantitativas, tais como Produto Interno Bruto (PIB), renda, emprego, expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), dos cursos de Nível Superior, do número de concludentes de Ensino Superior; relacionar a expansão do número de concludentes do Nível Superior com o incremento da precarização do trabalho no Brasil.

Espera-se que o desenvolvimento da pesquisa possa contribuir para o debate acerca da precarização do trabalho no Brasil, apontando tanto o real como o existente, favorecendo a superação do desafio de “dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 238).

7.2 A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

Nas últimas décadas, de forma específica, a partir da década de 1970 e 1980, se intensificou nos meios intelectuais uma discussão que tem por base o fim da sociedade do trabalho e o advento de uma nova sociedade, a do conhecimento.

Diante do avanço tecnológico presenciado, chegou-se a conjeturar o fim do trabalho abstrato, com a substituição do trabalho humano pelo trabalho de autômatos (SCHAFF, 1990) ou até mesmo uma Computopia na Terra com sugere Masuda (KUMAR, 2006).

Tendo em vista o contexto histórico, econômico e político que alteraram as condições de vida humana nas últimas décadas, alguns autores afirmam estarmos vivendo uma nova sociedade, um novo cenário socioeconômico distinto do de duas, três décadas atrás. Esse novo cenário, ora definido como pós-moderno, ora definido como pós-industrial, para ficarmos nas duas definições mais comuns, possui um leque de distinções com seus antecessores (a sociedade moderna ou a sociedade industrial).

Dentre os eixos principais, ressaltemos aquele que é fundamental para desenvolvermos a tese do presente trabalho: o conhecimento e a informação. Esses dois conceitos, na caracterização da sociedade pós-industrial serão alçados ao status de modo de produção, matéria-prima e mercadoria. Porém, esses três status serão compreendidos pelos autores que defendem a nova sociedade como que detentora de aspectos específicos que a tornam diferente das características que possuíam os modos de produção e as mercadorias tradicionais antes do advento da Revolução Científico-Tecnológica.

Um dos primeiros intelectuais a popularizar o conceito de sociedade pós-industrial foi Daniel Bell em seu livro *O Advento da Sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. Nesta obra, Bell (1977) propõe separar a evolução da sociedade em três etapas: a sociedade pré-industrial, a industrial e a pós-industrial. A primeira compõe a sociedade organizada em torno da terra e da sua propriedade, sendo a produção, portanto, de tipo agrário e em moldes tradicionais a base da organização socioeconômica. A sociedade industrial, por sua vez, gira em torno da produção industrial, sendo caracterizada, principalmente, pela materialidade da mercadoria, a mensuração dos fatores de produção usados e a predominância do capital e do trabalho como fatores de produção determinantes. Na sociedade industrial a teoria do valor-trabalho possui um significativo caráter explicativo das relações sociais de produção.

Contudo, com a redução do setor industrial como motor dinâmico da economia, perdendo lugar, por sua vez, para o setor de serviços, surge uma nova sociedade pautada nas tecnologias de comunicação e informação, no conhecimento e na informação, sociedade a que Bell (1977) nomeia de pós-industrial. Essa sociedade tem como postulado o fato de que “conhecimento e informação estão se tornando os recursos estratégicos e os agentes transformadores da sociedade pós-industrial” (BELL, 1980 apud KUMAR, 2006, p. 48). O Quadro 7.1 descreve as distinções societárias segundo Bell.

Quadro 7.1 – Divisão da sociedade de acordo com Daniel Bell

	Pré-industrial	Industrial	Pós-industrial
Modo de produção	Extrativo	Fabril	Processo; reciclagem; serviços
Setor econômico	Primário Agricultura, mineração, pesca, madeira Óleo e gás	Secundário Produção de mercadorias, manufatura, produtos duráveis Produtos não duráveis, indústria de construção	Terciário Transportes Utilidades Quartanário Comércio, Finanças Seguros, Setor imobiliário Quinário Saúde, educação, pesquisa, governo, recreação
Fonte de transformação	Força natural Vento, água, tração animal, músculos humanos, matéria-prima	Energia criada Eletricidade – óleo, gás, carvão, força nuclear	Informação Computadores e sistema de transmissão de dados
Recursos estratégicos	Matéria-prima	Capital financeiro	Conhecimento
Tecnologia	Artesanato	Tecnologia maquinaria	Tecnologia intelectual
Base de competências	Trabalho artesão, manual, fazendeiro	Engenheiro, trabalhadores semiquali- ficados	Cientistas, técnicos e profissionais liberais
Metodologia	Senso comum, tentativa e erro, experiência	Empiricismo, experimentação	Teorias abstratas, modelos, simulações, teorias das decisões, sistema de análises,
Perspectiva de tempo	Orientação ao passado	Adaptações ad hoc, experimentação	Orientação para o futuro: previsão e planejamento
Design	Jogo contra a natureza	Jogo contra futuro já feito	Jogo contra futuros
Princípio axial	Tradicionalismo	Crescimento econômico	Codificação do conhecimento teórico

Tendo diante de si o cenário pós-industrial descrito anteriormente, Bell (1977) atribui uma centralidade para o fator conhecimento e informação a ponto de propor não mais uma teoria do valor-trabalho como instrumento de compreensão social, mas sim uma teoria do valor conhecimento (KUMAR, 2006).

Assim, com o setor de serviços ocupando um espaço cada vez maior na economia, como propõe Bell (1977), o autor defende a tese de que na sociedade pós-industrial há a diminuição da sindicalização operária enquanto ocorre o aumento da sindicalização de outros profissionais assalariados da classe média. Essa característica da sociedade pós-industrial é devida, vale ressaltar, à perda de espaço da indústria para o setor de serviços, criando um mercado de trabalho que demanda profissionais tais como engenheiros, economistas, publicitários e administradores, por exemplo, em detrimento de operários para a linha de montagem. Não é sem razão, portanto, que De Masi (2000, p. 35) afirma que Bell “fixa em 1956 a data do nascimento da sociedade pós-industrial, ano em que, pela primeira vez nos Estados Unidos, os trabalhadores da área administrativa superaram em termos numéricos os da área da produção”.

Essa nova configuração social, muda, no entender de Bell (1977), as relações entre classes sociais, de maneira que o conflito de classes deixa de ser entre operários e capitalistas para ser entre os que detêm conhecimento e os que não o detêm. Nesta nova sociedade, pelo fato de o saber deter uma centralidade, o conhecimento, a informação, a ciência se tornam base de novas relações de poder, diferindo da sociedade industrial em que as relações de poder se centravam na posse da propriedade privada.

Além de Bell, Alain Touraine também teorizou a sociedade de sua época, preferindo defini-la como sociedade programada. Como a sociedade pós-industrial de Bell, a sociedade programada de Touraine (2008) também tem no conhecimento a força motriz da economia contemporânea e os vínculos sociais são desenvolvidos por meio de redes de comunicação, em um cenário em que os bens materiais dão lugar a bens de conhecimento e culturais. Para o autor,

o caráter mais geral da sociedade programada é o facto de as decisões e os combates económicos já não possuírem, nessa sociedade, a autonomia e a centralização que tinham num tipo anterior de sociedade, definido pelo seu esforço de acumulação e de recolha antecipada de lucros sobre o trabalho directamente produtivo (TOURAINÉ, 1970, p. 9).

7.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial as economias capitalistas dão um longo passo em direção à recuperação de suas economias. Essa marcha será marcada tanto pelo crescimento econômico como pela construção de um sistema de pro-

teção e seguridade social comandado pelo Estado. Desta forma, de 1947 a 1973, “os países desenvolvidos viveram uma fase conhecida como anos dourados, com alto crescimento econômico, estabilidade monetária, pleno emprego e redução das desigualdades sociais” (POCHMANN, 2008, p. 54). Durante os “anos dourados” os Estados Unidos da América desempenharam papel de liderança mundial, já que durante toda a Segunda Guerra Mundial, embora tenham entrado em combate, não experimentaram a destruição que o território europeu havia vivenciado. Com uma posição bem melhor do que a Europa no pós-guerra, os Estados Unidos passaram a financiar a recuperação da Europa e do Japão, conseguindo o que, no entender de Arrighi (1996), nenhum outro país conseguiu até então, transformar grande parte da sua dívida externa em ativos.

Contudo, ao longo dos anos dourados, os padrões de crescimento econômico e de seguridade do *welfare state* apontavam contradições e limitações que acenavam para o esgotamento de um modelo de organização social que por longos anos se concentrou na volta de padrões tecnológicos fordistas com uma estrutura social rígida, tendo no setor industrial o sinônimo de progresso.

Como exemplo das contradições e limitações presentes nos anos de recuperação pós-guerra da economia global, tem-se o seguinte: as próprias limitações da exploração a força de trabalho impostas pela própria constituição do *welfare state* (ALVES, 2011); o acirramento da concorrência nos mercados globais, por volta da década de 1960, proveniente da recuperação da Europa e do Japão e da entrada de países do Terceiro Mundo no cenário industrial por meio de suas políticas de substituição de importação e o movimento das empresas multinacionais em direção a condições empresariais mais favoráveis (ALVES, 2011); o agravamento de problemas de natureza socioeconômica que atingiam o coração do capitalismo pós-guerra, como nos Estados Unidos, por exemplo; o agravamento dos “problemas fiscais decorrentes, por um lado, da queda da produtividade e da lucratividade, por outro, do combate à pobreza e da guerra do Vietnã” (ALVES, 2011, p. 13) que só seriam tratados à custa da aceleração da inflação; e a crescente importância das finanças em detrimento da economia real, com mudanças de direção das poupanças, saindo dos investimentos em direção a especulação (NEFFA, 2010).

Os limites que surgem nas economias globais para manter suas taxas de crescimento e bem-estar crescentes se fazem sentir de forma intensa a partir da crise de 1973. Crise esta vista por Mészáros (2002) como o início das crises estruturais do capital. É neste cenário que foram adotadas as ações intervencionistas que geraram impactos significativos no mundo do trabalho. As principais ações intervencionistas adotadas foram a introdução progressiva do capital privado nas empresas estatais de serviços públicos como um passo em direção à privatização; o incremento das tarifas de serviços públicos para reduzir, assim, os subsídios e a

penetração da lógica mercantil no funcionamento das instituições de seguridade social; a atração de investimentos estrangeiros diretos; a redução de barreiras aduaneiras para obtenção de acesso aos mercados exteriores, o que acirra a competição não só entre firmas, mas entre nações; o desregulamento dos mercados para estimular a competência; o aumento das taxas de juros para frear o consumo e estimular a poupança e os investimentos das famílias; maior controle dos gastos públicos sociais para reduzir o *deficit* fiscal, considerado como causador de inflação; a moderação nos aumentos de salário para compensar a inflação, ficando eles abaixo do incremento da produtividade; e o freio à demanda para aumentar as taxas de investimento (NEFFA, 2010).

Estas medidas ao invés de superarem os limites absolutos do capital (MÉSZÁROS, 2007) tendem a intensificá-los já que se as reformas nas relações de produção vencem os obstáculos em curto prazo para a acumulação de capital, em longo prazo os limites são de ordem socioeconômica e se relacionam à própria constituição do sistema do capital que, em busca de maiores retornos, termina por gerar pressões sobre o ecossistema e sobre o homem em seu trabalho. A lógica do capital, centrada em torno de variáveis quantitativas possui seus limites, pois, como observou Mézáros (2007, p. 250-251):

a verdade da questão é que a quantificação auto-orientada não pode, na realidade, sustentar-se de maneira alguma como uma forma de estratégia produtivamente viável mesmo no curto prazo. Pois é parcial e míope (senão inteiramente cega), preocupada apenas com as quantidades correspondentes aos obstáculos imediatos que impedem a realização de uma dada tarefa produtiva, mas não com os *limites estruturais* necessariamente associados ao próprio empreendimento socioeconômico que – quer se saiba ou não – decide tudo em última instância (grifo nosso).

Tanto as pressões sobre o ecossistema como sobre o mundo do trabalho apontam como limites a expansão da lógica capitalista. Ambas as pressões merecem atenção detalhada, contudo por questões metodológicas a serem explicadas posteriormente, limitamo-nos aqui a estudar as pressões sobre o mundo do trabalho, principalmente a sua forma mais perversa sentida na forma da precarização do trabalho.

No sistema do capital, a geração de lucro surge a partir da exploração do trabalho vivo que, por transformá-lo em um fator de produção e submetê-lo a condições técnicas, termina por pressionar tanto o físico como o subjetivo do trabalhador (HARVEY, 2005; ALVES, 2011). É neste ponto que as observações de Harvey (2005, p. 131) de que “um maior padrão material de vida para o trabalhador não é necessariamente incompatível com um aumento da taxa de exploração”, desmistifica a visão de autores que, por verem na contemporaneidade uma sociedade da informação e do conhecimento e, portanto, capaz de tornar o

trabalho atrativo e melhor, distante do cenário do trabalho industrial do século XIX descrito por Engels (2010) e Thompson (1997), escondem a importância do trabalho como categoria sociológica fundante do ser social (LUKÁCS, 2010), chegando ao ponto de substituírem a teoria do valor-trabalho por uma teoria do valor-conhecimento (BELL, 1977).

É a partir do conhecimento como nova categoria determinista das relações socioeconômicas que se desenvolverá um fetiche sobre a sociedade do conhecimento. A intenção aqui não consiste em uma tentativa de eliminar a importância e os impactos das tecnologias de comunicação e informação nas relações socioeconômicas, mas sim observar a hipótese de que por trás da exaltação da sociedade da informação – recorde-se a computopia na terra de Masuda (KUMAR, 2006) ou as previsões de Schaff (1990) – e do fim do proletariado, esconde-se a exploração e a precarização do trabalho, pois “o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação do tempo e do ritmo de trabalho. Vale lembrar que a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica” (ANTUNES, p. 202).

Assim, a precarização do trabalho, escondida por trás da exaltação do crescimento econômico impulsionado pelas inovações, estas filhas da sociedade do conhecimento e da informação, desponta como uma das faces mais intensas da pressão do sistema do capitalismo sobre o trabalho e a vida humana, pois, embora o conceito de precarização ainda esteja longe de um consenso, pode ser entendido por uma perspectiva social mais ampla, já que as pessoas terminam por ter “un tipo de empleo que no le permite consolidar un estatus o un nivel de vida, una profesión, una estabilidad que permita planificar el futuro” (ALÓS, 1988 apud CANO, 1996, p. 80).

O trabalho precário pode ser entendido assim: a relações de trabalho: a) cuja duração e continuidade no emprego são incertas; b) direitos sociais e trabalhistas tendem a ser desrespeitados; c) baixa remuneração; d) condições de trabalho inadequadas. Essas condições de trabalho pressionam a qualidade de vida do trabalhador no seu lugar de trabalho; no contexto mais amplo e complexo da vida, está o trabalhador inserido em um contexto sociocultural que estabelece padrões mínimos (embora de custos altos) de consumo como forma de bem-estar e de inserção social. Vê-se ainda a incapacidade de obtenção de uma renda capaz de suprir seus anseios. Tudo isso termina conduzindo o trabalhador tanto para o esgotamento físico – aqueles que trabalham em mais de um posto de trabalho para incrementar a renda – como psicológico, que Giovanni Alves observa como um processo no qual se tem a “subjetividade em desefetivação”, expressa, fortemente, por exemplo, “pelo surto de estresse que atinge a civilização do capital” (ALVES, 2011, p. 152). É desta forma que se a precarização do trabalho como limite e sinal das contradições da lógica da sociedade do capital está cada vez

mais notória que o sonho do bem-estar promovido pelo capitalismo, não se encontra mais tão próximo e evidente como se imaginava. E isso se acentua ainda mais, quando se inserem na fileira dos trabalhadores precários jovens altamente escolarizados, com Nível Superior que, por estarem na “sociedade da informação”, deveriam ser os agentes principais dessa sociedade. Terminam, no entanto, diante de trabalhos precários, não por culpa própria, mas, pela incapacidade do mercado de gerar trabalho à altura das pretensões e dos sonhos que almejam e que correspondem à ideia tão bem valorizada pela mesma sociedade da informação. Em outras palavras, a contradição se acha no fato de que em uma sociedade onde a inovação e, por conseguinte, a informação são os arautos do desenvolvimento econômico, da geração de emprego, renda e, principalmente, qualidade de vida, os agentes, mesmo possuidores de alta escolaridade, não encontram nela espaço nenhum.

Desta forma, tanto o conceito de precariedade se estende, não se limitando apenas à noção comum de os mais precários postos de trabalhos ficarem para os que não se qualificam, como revela o fetiche da sociedade da informação e as contradições do sistema do capital. Corrobora-se, nesse caso, a afirmação de Mészáros (2002) de que estamos a presenciar as crises estruturais do capital e que podemos estar caminhando para um sociometabolismo da barbárie, caracterizado por “suas tendências [do capitalismo] destrutivas e por seu companheiro natural, o desperdício catastrófico” (MÉSZÁROS, 2003, p. 45).

Diante do exposto, trazendo a análise para o Brasil, a exposição de Mészáros (2003) sobre o caráter destrutivo e de desperdiçador catastrófico do sistema do capital é observável na precarização do trabalho no Brasil. Essa precarização adota várias faces no cenário brasileiro, atingindo diferentes parcelas da população em menor ou maior grau de intensidade. Assim, para uma sociedade na qual o trabalho compõe a base da pirâmide social (POCHMANN, 2012), a precarização do trabalho se encontra, por exemplo, em proporção significativa, nos trabalhos terceirizados e nos trabalhos com contratos temporários (POCHMANN, 2012), na forma “louvável” do empreendedorismo (VASAPOLLO, 2005), na feminização do trabalho (NOGUEIRA, 2004) ou, como já abordado, mesmo nos setores mais informatizados da economia (WOLFF & CAVALCANTE, 2006). São relações de trabalho precárias que, na linha de pensamento de Mészáros (2003), destroem e desperdiçam tanto força física como sonhos (ALVES, 2011), pois em um país que desde os anos 2000 “aponta para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento, que procura combinar de maneira favorável os avanços econômicos com os progressos sociais (POCHMANN, 2012, p. 31), sobre a sombra do crescimento econômico se encontra, por exemplo: baixa remuneração, não mais de 1,5 salário mínimo mensal no setor primário e autônomo; trabalho temporário, no Brasil, em 2009, observou-se que “os micro e pequenos empreendimentos

registram 13,3% de seus empregados com contrato de trabalho inferior a três meses de tempo de serviço”, enquanto “as grandes empresas apresentavam somente 8% do total de seus ocupados nessa condição de emprego temporário”. Tais porcentagens em um contexto em que do total de 4,3 milhões de postos de trabalho na condição de curta duração, 47,5% pertencem à micro e pequenas empresas (estabelecimentos com até 49 funcionários; trabalho terceirizado formal, que, no país, entre 1985 e 1995, cresceu a uma média de 9% seguida do crescimento das empresas de terceirização a média de 22,5% ao ano, enquanto que entre 1996 e 2010 foi de 13,1%, seguido pela média anual para o crescimento das empresas de terceirização: 12,4%).

A esses pontos, acrescenta-se a situação dos que possuem maior escolaridade, principalmente, os que possuem diplomas de Nível Superior. Embora um diploma repercuta fortemente no rendimento salarial, tem-se que observar que um diploma em si não é garantia de empregabilidade, nem de empregabilidade em setores não precários. Como bem observa Pochmann (2012, p. 36):

Na década de 2000, quase 85% do total das vagas abertas destinavam-se a trabalhadores de salário de base com escolaridade equivalente ao Ensino Médio, ao passo que aos ocupados que possuíam Ensino Superior restou uma parcela bem menor do total dos postos de trabalho. Nos anos 1990, as vagas abertas aos trabalhadores de salário de base com Ensino Médio representaram 68,3% do total; para o Ensino Superior, menos de 5%.

Ou, como reporta Alves (2012):

no decorrer da década de 2000, o desemprego aumentou significativamente entre aqueles com mais de 11 anos de estudos (36,82% em 2002, 39,84% em 2003; 43,16% em 2004; 46,19% em 2005; 47,81% em 2006; 50,70% em 2007; 52,92 em 2008; e 56,46% em 2009, segundo dados do IBGE/PME), com leve decréscimo daqueles com 18 a 24 anos (1,5% entre 2002 e 2009) e um pequeno crescimento entre aqueles 25 a 49 anos (2,4% entre 2002 e 2009).

Tudo isso em um contexto em que o número de universitários cresceu significativamente, “segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2011, o crescimento de universitários no País foi de 110%” (ALVES, 2012). Se em um primeiro momento a economia pode se beneficiar da expansão da mão de obra cada vez mais qualificada, por outro lado a expansão do Ensino Superior em um contexto socioeconômico em que o setor de serviços comerciais (responsável por absorver 8,5 milhões do assalariado em 2011) é predominante e no qual o paradigma empresarial dominante é o de poupador de mão de obra (salário é custo ou despesa, portanto deve ser reduzido ao máximo sem afetar a produtividade). A propagada ideia de que educação pode tudo, até mesmo romper com a desigualda-

de socioeconômica, se encontra obstaculizada pela incapacidade das economias de absorverem a mão de obra qualificada que cresce a cada ano, o que enfatiza ainda mais os limites absolutos do sistema do capital, como já exposto anteriormente.

Além do mais, para realçar o caráter da nova precariedade, aquele altamente escolarizado com relações de trabalho precárias, recordemos as observações de Bourdieu (2007) sobre a inflação de diplomas: os diplomas se desvalorizam em função de o número crescente de portadores de diplomas ser mais rápido do que o crescimento da quantidade de cargos para os quais são destinados os diplomas. A perda de valor dos diplomas aquece a procura de níveis educacionais cada vez mais altos, freando a mobilidade social. Como apontou Peugny (2009), conforme aumentam as credenciais, aumenta o perigo de mobilidade descendente no futuro.

Assim, a figura do novo precariado (ALVES, 2012) deixa transparecer questionamentos acerca dos limites da Educação Superior como elemento de mobilidade socioeconômica ascendente (PEUGNY, 2009), além de evidenciar os limites da sociedade do capital (MÉSZÁROS, 2002), trazendo à luz as relações de trabalho precário contemporâneo existente em pleno tempo da “sociedade da informação e do conhecimento”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **A educação do precariado**. 17 dez. 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>>. Acesso em: 31 ago. 2013.
- _____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coutro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed.. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CANO, Ernest Cano. El trabajo precario: concepto y dimensiones. In: LA ROCA, Francesc; Sánchez, Amat (Ed.). **Economía Crítica: trabajo y medio ambiente**. València: Universitat de València, 1996. p. 79-92.

- DE MASI, Domenico (Org.). **A Sociedade Pós-Industrial**. 3. ed. São Paulo: Senac, São Paulo, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- KUMAR, Krishnan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LIMA, Lício C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 41.).
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.
- NEFFA, Julio César. **Naturaleza y significación del trabajo/empleo precario**. In: BUSSO, Mariana; PÉREZ, Pablo (Coord.). **La corrosión del trabajo: estudios sobre informalidad y precariedad laboral**. Buenos Aires: Miño y Dávila: CEIL-PIETTE, 2010. p. 17-50.
- NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- PEUGNY, Camille. **Le déclassement**. Paris: Grasset & Fasquelle, 2009.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SCHAFF, A. **Sociedade informática**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. **A sociedade post-industrial**. Lisboa: Moraes editores, 1970.
- VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- WOLFF, Simone; CAVALCANTE, Sávio. **O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso SERCOMTEL**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. cap. 13.